

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S/A**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
ATIVO CIRCULANTE		
Disponibilidades (nota 4)	93	1.513
Contas a receber de clientes (nota 5)	8.163	4.226
Propriedade para Investimento (nota 6)	27.259	27.927
Contas a receber – Município de Curitiba (nota 7)	55.393	55.393
Impostos a Recuperar	-	3
Agência de Fomento do Paraná – contrato CIC /SEFA (nota 8)	84.328	84.328
Outros créditos	453	465
Total do Ativo Circulante	<u>175.689</u>	<u>173.855</u>
NÃO CIRCULANTE		
Contas a receber de clientes (nota 5)	1.567	992
Investimentos (nota 9)	1.911	1.911
Imobilizado (nota 9)	264	365
Intangível (nota 9)	26	30
Total do não Circulante	<u>3.768</u>	<u>3.298</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>179.457</u>	<u>177.153</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S/A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
PASSIVO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos (nota 10)	389.091	389.091
Fornecedores e Contas a Pagar	65	158
Obrigações Sociais e trabalhistas	437	420
Obrigações fiscais (nota 11)	479	250
Adiantamento de clientes	1.123	962
Outras obrigações	<u>300</u>	<u>495</u>
Total do Passivo Circulante	<u>391.495</u>	<u>391.376</u>
NÃO CIRCULANTE		
Parcelamento de tributos	362	1.384
Provisão para contingências (nota 12)	27.222	25.623
Resultado de exercicios futuros	152	152
Adiantamento para futuro aumentos de capital (nota 13)	<u>85.277</u>	<u>79.966</u>
Total do não Circulante	<u>113.013</u>	<u>107.125</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (nota 15)	89.147	89.147
Prejuízos acumulados	<u>(414.198)</u>	<u>(410.495)</u>
Total do Patrimônio Líquido	<u>(325.051)</u>	<u>(321.348)</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>179.457</u>	<u>177.153</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S/A**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Comercialização de Imóveis e prestação de serviços	6.621	5.159
Impostos sobre vendas e outras deduções	<u>(650)</u>	<u>(506)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.971	4.653
CUSTO DOS IMÓVEIS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	<u>(668)</u>	<u>(1.204)</u>
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	<u>5.303</u>	<u>3.449</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas Administrativas	(8.596)	(5.573)
Outras Receitas Operacionais	501	
Reversão de Provisões	<u>3.336</u>	
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS	544	(2.124)
Despesas Financeiras	(5.443)	(4.353)
Receitas Financeiras	<u>1.195</u>	<u>1.365</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(3.704)</u>	<u>(5.112)</u>
Prejuízo por ação no final do exercício (em reais)	<u>(0,042)</u>	<u>(0,058)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S/A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 DE DEZEMBRO DE 2009	88.767	(405.383)	(316.616)
Aumento de Capital em 22.04.2010 (68ª AGE)	380		380
Prejuízo do Exercício		(5.112)	(5.112)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	89.147	(410.495)	(321.348)
Prejuízo do Exercício		(3.704)	(3.704)
Em 31 DE DEZEMBRO DE 2011	89.147	(414.198)	(325.051)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S/A**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo líquido do exercício	(3.704)	(5.112)
Depreciações e amortizações	79	65
Resultado da Venda do Imobilizado	36	
Provisão p/ Devedores Duvidosos	(3.336)	
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(1.176)	1.309
Imóveis a Comercializar	668	1.204
Impostos a recuperar	3	(3)
Outros créditos	10	14
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(93)	(23)
Obrigações sociais e trabalhistas	18	58
Obrigações fiscais	229	129
Provisões para contingências	1.600	(1.417)
Adiantamentos de clientes	160	228
Outras obrigações	(195)	176
Disponibilidades líquidas absorvidas pelas atividades operacionais	<u>(5.701)</u>	<u>(3.372)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Adiantamento para aumento de capital	5.310	3.886
Aumento de capital		380
Parcelamento de tributos	<u>(1.019)</u>	<u>(411)</u>



CURITIBA S.A.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA



CURITIBA
PREFEITURA DA CIDADE

Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades financeiras	<u>4.291</u>	<u>3.855</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Imobilizado e Intangível	<u>(10)</u>	<u>(221)</u>
Disponibilidades líquidas absorvidas pelas atividades de investimentos	<u>(10)</u>	<u>(221)</u>
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	<u>(1.420)</u>	<u>262</u>
No início do exercício	1.513	1.251
No final do exercício	<u>93</u>	<u>1.513</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expressos em milhares reais).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S/A é uma sociedade de economia mista municipal, com personalidade jurídica de direito privado e de acordo com o Estatuto Social, tem como atividades preponderantes a participar da política de desenvolvimento do Município de Curitiba, com ênfase na busca de soluções para as demandas ligadas a infra-estrutura, desenvolvimento, consolidação e sustentabilidade da produção de bens e serviços, priorizando dentre as atividades a promoção da regularização fundiária das empresas instaladas nas zonas de uso industrial e de serviços do Município, em especial na Cidade Industrial de Curitiba, bem como das populações assentadas em imóveis de sua propriedade. Sucessora da Companhia de Urbanização de Curitiba/URBS, tem sua história vinculada a promover a implantação e o desenvolvimento da Cidade Industrial de Curitiba/CIC.

Dentre outros objetivos, continua a atuação da administração na dívida existente junto à Agência de Fomento do Paraná S.A., a reestruturação da Cidade Industrial de Curitiba e a consequente regularização fundiária destas propriedades, atingindo um resultado considerado satisfatório nas metas estabelecidas para o ano de 2011.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e estão sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposições em contrário.

BASE DE PREPARAÇÃO

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Procedimentos de Contabilidade (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotados no Brasil pela aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Comissão de



Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração da Companhia julgue da maneira mais apropriada a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativas, foram feitos para a elaboração das demonstrações financeiras e os seus efeitos são apresentados na nota explicativa nº. 3.

Todos os valores são apresentados em reais, exceto de outro modo indicado.

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

ATIVOS FINANCEIROS

A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das categorias discutidas abaixo, dependendo da finalidade.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.



Aplicações financeiras

Estão representadas pelos valores aplicados mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Contas a receber

Esses ativos são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. Surgem principalmente pela provisão de recebimento de recursos. São inicialmente reconhecidos ao valor presente, menos a provisão para impairment, se aplicável.

As provisões para impairment são reconhecidas quando houver evidência objetiva (como dificuldades financeiras significativas por parte da contraparte, inadimplência ou atraso significativo no pagamento) que a Companhia será capaz de cobrar todos os valores devidos no termo a receber, sendo o valor dessa provisão a diferença entre o valor contábil líquido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros associados aos valores a receber que sofreram impairment. Para as contas a receber, que são registradas pelo valor líquido, essas provisões são registradas como uma conta retificadora separada, sendo o prejuízo reconhecido dentro de despesas administrativas na demonstração do resultado. Na confirmação de que as contas a receber de clientes não serão cobráveis, o valor contábil bruto do ativo é baixado contra provisão associada.

PASSIVOS FINANCEIROS

A Companhia classifica seus passivos financeiros em duas categorias, dependendo do objetivo para qual o passivo adquirido.

Empréstimos

Os empréstimos são passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Eles são incluídos como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão de balanço (estes são classificados como passivos não circulantes).

OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Outros passivos financeiros incluem os seguintes itens:

Contas a pagar a fornecedores e outros passivos monetários à curto prazo, inicialmente reconhecidos ao valor presente e subsequentemente contabilizados ao custo amortizado utilizando o método de taxa de juros em vigor.

ESTOQUES

Os estoques inicialmente reconhecidos ao custo e, subsequentemente, ao menor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui todos os custos de aquisição e conversão, e outros custos incorridos para colocar os estoques em sua localização e condição atuais.

IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente se for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº. 9.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.



Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais" na demonstração do resultado.

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos o custos de venda e o seu valor de uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UCG)). Os ativos financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.



IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social no período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

RECONHECIMENTO DA RECEITA

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades. O reconhecimento da receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia de e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS ESSENCIAIS

A Companhia realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo.

10/10


4. DISPONIBILIDADES

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Banco conta movimento	<u>93</u>	<u>1.513</u>
	<u>93</u>	<u>1.513</u>

5. CONTAS A RECEBER – CLIENTES

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Clientes	9.730	8.554
(-) Provisão de crédito de liquidação duvidosa		(3.336)
(-) Parcela de longo prazo	<u>(1.567)</u>	<u>(992)</u>
	<u>8.163</u>	<u>4.226</u>

Esta rubrica registra o montante relativo às parcelas de curto e longo prazo, dos contratos de compra e venda de imóveis firmados com a Companhia.

Foi revertido o valor de provisão para devedores duvidosos em face de acordo realizado com o cliente, o qual permitiu a recuperação do referido crédito.

Handwritten signature and initials

6. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Terrenos	27.652	28.099
Imóveis em Processo de Desapropriação	6.564	6.564
Imóveis Habitacionais - Zona Norte	2.456	2.536
Imóveis Transferidos URBS	8.186	8.327
Projeto Parque de Software	4.454	4.454
Área Barracão	929	929
Provisão para desvalorização do estoque	<u>(22.982)</u>	<u>(22.982)</u>
	<u>27.259</u>	<u>27.927</u>

7. CONTAS A RECEBER - MUNICIPIO DE CURITIBA

Valores a receber do Município de Curitiba, decorrentes de convênio de cooperação entre a Curitiba S.A. e o Município de Curitiba, firmado em 25 de fevereiro de 2000, que tem por objeto a execução de obras que representam um incentivo ao desenvolvimento econômico do Município de Curitiba, visando à implantação de atividades nos diversos setores produtivos, inclusive no "Linhão de Emprego", através de obras de pavimentação, drenagem, obras de artes especiais, paisagismo e sinalização em vias consideradas relevantes para o sistema viário da cidade.

O saldo de R\$ 55.393 mil registrado no ativo circulante (idem em dezembro de 2010) é relativo às obras já executadas pela Companhia vencedora do processo licitatório, J. Malucelli Construtora de Obras.

8. AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ – CONTRATO CIC/SEFA.

Esta rubrica registra o montante de R\$ 84.328, (idem em 2010), relativo ao ressarcimento de créditos relativos ao contrato original de empréstimo, contraído junto ao extinto BADEP. O referido contrato foi absorvido pela Agência de Fomento do Paraná S.A. – contrato CIC/SEFA. O direito ao crédito, registrado contabilmente em 2005, decorre de Convênio e Acordo Judicial firmado entre o Governo do Estado do Paraná e a Companhia em 30 de setembro de 1991.

9. INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

				<u>Total líquido</u>	
	Taxa anual depreciação/amortização (%)	Custo histórico corrigido	Depreciação acumulada	Saldo residual 2011	Saldo residual 2010
Terreno área Parque Barigui		1.911		1.911	1.911
Máquinas e Equipamentos	10	157	(112)	45	69
Móveis e Utensílios	10	151	(84)	67	87
Veículos	20	95	(40)	55	75
Computadores e periféricos	20	230	(133)	97	134
Softwares	25	36	(10)	26	30
		<u>2.580</u>	<u>(379)</u>	<u>2.201</u>	<u>2.308</u>

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; e (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.



O imobilizado está livre de ônus e/ou garantias, exceto quando atrelado ao seu próprio financiamento.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Encargos</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Agência de Fomento do Paraná S.A. – CIC/PMC/FDE	IPC – FIPE + 7%a.a	113.234	113.234
Agência de Fomento do Paraná S.A. – CIC/SEFA	IPC – FIPE + 7%a.a	84.328	84.328
Agência de Fomento do Paraná S.A. – CIC/BANESTADO	IPC – FIPE + 7%a.a	191.529	191.529
		389.091	389.091

Mediante convênio celebrado em 30 de setembro de 1991, entre os governos do Estado do Paraná e do Município de Curitiba juntamente com a administração da Curitiba S.A., e adicionalmente através de acordo celebrado em 15 de janeiro de 1998 com o Banco do Estado do Paraná, através da Escritura Pública de Dação de pagamento, houve a consolidação da dívida mantida por esta junto ao Banco do Estado do Paraná.

A amortização do empréstimo na rubrica Agência de Fomento do Paraná S.A. – contrato CIC/SEFA é de responsabilidade do Governo do Estado do Paraná. Conforme acordo judicial de 1991, a dívida ficará em nome da Curitiba S.A., porém não ocorrendo alocação de recursos por parte do Estado do Paraná a Companhia fica desobrigada e desonerada dos pagamentos previstos.

Em garantia dos financiamentos foram cedidos imóveis a comercializar. Adicionalmente, em decorrência do convênio celebrado, a Agência de Fomento do Paraná S.A. conta com o aval da Prefeitura Municipal de Curitiba sobre a totalidade dos débitos mantidos pela Curitiba S.A. Em decorrência de acordo entre a renegociação dos saldos devedores, a credora descontinuou o reconhecimento dos encargos financeiros contratuais.



Em 22 de dezembro de 2009, foi publicada no Diário Oficial do Paraná a Lei nº. 16.348, que concede remissão dos débitos das Companhias de Desenvolvimento Municipais, com citação expressa da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, para o Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE e com os denominados ativos provenientes do processo de saneamento e privatização do Banco do Estado do Paraná S.A. ambos de titularidade do Estado do Paraná. Fica ainda a Agência de Fomento do Paraná S.A., na qualidade de gestora do Fundo de Desenvolvimento Econômico – e dos denominados ativos, autorizada a proceder aos ajustes financeiros e contábeis em decorrência da remissão de dívidas autorizadas pela lei supracitada.

No entanto, em razão de existir processos nas diversas esferas judiciais, a Companhia não procedeu até o exercício de 2011 o ajuste decorrente da remissão de dívida e aguarda o encerramento destes processos, bem como a consolidação dos valores, para posterior ajuste nas suas demonstrações financeiras.

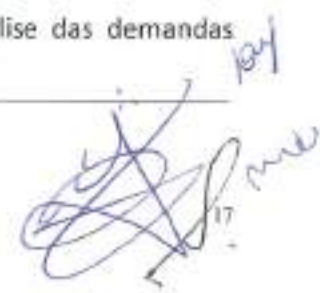
11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2011	2010
Imposto de renda retido na fonte	24	25
Pasep	6	40
Cofins	28	184
CSLL, Pis, Pasep e Cofins retido na fonte	1	1
Parcelamento Pis/Cofins Lei 11.941/2009	420	
	<u>479</u>	<u>250</u>

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas



judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com ações em curso, como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contingências trabalhistas	386	361
(-) Depósitos Judiciais trabalhistas	(541)	(548)
Contingências cíveis	<u>27.377</u>	<u>25.810</u>
 Valor Líquido	 <u>27.222</u>	 <u>25.623</u>

Conforme requerido pelas práticas contábeis brasileiras (NPC 22), os valores de processos cujas probabilidades de perda são consideradas pelos assessores jurídicos como possíveis e remotas, não são passíveis de provisão e, portanto, tais valores não estão refletidos nas demonstrações contábeis da Companhia. Os valores envolvidos na maior parte serão desembolsados pelo controlador – Prefeitura Municipal de Curitiba.

13. TRANSAÇÕES COM PARTE RELACIONADA – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

No ativo estão registrados os valores a receber provenientes de obras, de responsabilidade contratual da Prefeitura Municipal de Curitiba, contida na nota explicativa nº. 6. O saldo registrado no passivo corresponde à amortização dos empréstimos junto à Agência de Fomento do Paraná S.A. – contrato CIC/PMC – FDE e CIC/BANESTADO, realizado conforme acordos anteriores, pelo acionista majoritário, Prefeitura Municipal de Curitiba, gerando a cada pagamento um crédito a este acionista no montante de R\$ 85.277 em 31 de dezembro de 2011 contabilizados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.



14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Não foram constituídas provisões para imposto de renda e contribuição social, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social nestes exercícios. A Companhia apresenta estoque de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.

Não foram registrados os créditos tributários sobre esses prejuízos fiscais uma vez que sua realização depende de eventos futuros, não sendo praticável estimar qual o período necessário para sua realização.

15. CAPITAL SOCIAL

O Capital social, subscrito e integralizado em 2011, está dividido em 89.147.260 de ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando o montante de R\$ 89.147.

A Companhia possui o montante de R\$ 85.277 (79.966 em 2010), conforme nota explicativa nº. 14, relativo a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital.

16. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro contratadas junto às seguradoras que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

17. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Alpha de Previdência e Assistência Social,



entidade fechada de previdência privada constituída sob forma de sociedade civil, com finalidade de suplementar os respectivos benefícios previdenciários. Entretanto, devido à inexistência de déficits e responsabilidades correlatas (planos de contribuição e/ou benefícios definidos) da Companhia à referida Fundação, nenhuma provisão foi constituída, conforme determinado pela Deliberação CVM nº. 371 de 13 de dezembro de 2000.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Com conseqüência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de mercado estimados.

a. Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/2008, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 estão identificados a seguir:

	Saldo Contábil	Valor de mercado
		(não auditado)
Disponibilidades	93	93
Contas a receber de clientes	8.163	8.163
Contas a receber – Município de Curitiba	55.393	55.393
Agência de Fomento do Paraná – contrato CIC/SEFA	84.328	84.328
Fornecedores a pagar	(65)	(65)
Empréstimos e financiamentos	(389.091)	(389.091)
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	(85.277)	(85.277)



19. EVENTOS SUBSEQUENTES

19.1 Lei 16.348/2009 – Remissão de débitos

Com a publicação no Diário Oficial do Paraná a Lei nº. 16.348 em 22 de dezembro de 2009, que concede remissão dos débitos das Companhias de Desenvolvimento Municipais, com citação expressa da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, para o Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE e com denominados ativos provenientes do processo de saneamento e privatização do Banco do Estado do Paraná S.A., ambos de titularidade do Estado do Paraná. Fica ainda a Agência de Fomento do Paraná S.A., na qualidade de gestora do Fundo de Desenvolvimento Econômico – e dos denominados ativos, autorizada a efetuar os ajustes financeiros e contábeis em decorrência da remissão de dívidas autorizadas pela lei supracitada. A Administração da Companhia está avaliando os potenciais efeitos relativos à aplicação da referida lei, bem como está analisando os procedimentos a serem adotados perante as esferas judiciais, no que tange a condução dos processos judiciais em andamento.



VIVIANE REDONDO MACHADO

Diretora Presidente



JULIANO LAGO SEBEN

Diretor Administrativo e Financeiro



DAVIDSON JOSÉ MOULEPES

Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal



MARIA DO ROCIO CENTO FANTE

Contadora - CRC 044975/O - 9/PR